

6.

Estudo de campo

Em nossa revisão bibliográfica focalizamos a transformação relacional da família ocidental e a evolução do direito no sentido de acompanhar a nova demanda. Destacamos o aumento vertiginoso na demanda por justiça, um fenômeno que no campo da família é nomeado de “judicialização dos conflitos familiares” e apontamos que a resposta judicial deixou de ser pontual e passou a influir na produção de uma nova ordem subjetiva.

A intervenção judicial na família expande sua malha relacional com a entrada dos atores jurídicos, que passam a ocupar um lugar simbólico em seu universo. A dialética das relações humanas nos remete a idéia de que todos esses *outros* também sejam atravessados pelo litígio, na medida em que não deixam de ser sujeitos e, portanto, submetidos ao mesmo contexto fluido que seus jurisdicionados.

O estudo de campo teve por finalidade averiguar como os atores jurídicos estão absorvendo e respondendo a este contexto em constante mutação.

6.1

Participantes

Este estudo contou com a participação de 10 atores jurídicos, dentre as categorias profissionais de juiz, promotor, advogado, assistente social e psicólogo, sendo entrevistados 2 profissionais de cada categoria. Os profissionais foram convidados a participar da pesquisa no cotidiano profissional da pesquisadora, ou seja, nas Varas de Família do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Foram entrevistados 2 homens e 8 mulheres, com idades compreendidas entre 34 e 60 anos e com tempo de atuação profissional variando de 6 a 28 anos.

Foram escolhidas categorias profissionais que influem na demanda jurídica, a saber: o advogado que traduz os anseios para a linguagem codificada do direito, os promotores que fiscalizam o respeito à norma em todos os atos, os especialistas (psicólogos e assistentes sociais) que avaliam a subjetividade do conflito e a traduzem em documentos, e os juizes, que processam todas as informações e emitem a resposta final, a sentença.

Participantes

Nome (fictício)	Categoria profissional	Idade (anos)	Tempo de atuação com litígios familiares (anos)
Maria	Advogada	45	10
Celina	Advogada	53	28
Flavio	Promotor	50	18
Karine	Promotora	34	7
Thereza	Assist. Social	60	19
Luiza	Assist. Social	48	15
Rosana	Psicóloga	46	11
Magda	Psicóloga	53	10
Carlos	Juiz	36	6
Carla	Juíza	50	15

Os profissionais foram entrevistados nos Fóruns das Comarcas nas quais atuam, com exceção das advogadas, que foram entrevistadas em seus escritórios particulares e de uma psicóloga, que preferiu ser entrevistada em seu consultório particular, por sentir-se mais à vontade para falar. O convite para a participação incluiu a explanação do caráter de pesquisa acadêmica, bem como, uma breve informação sobre o interesse pelo tema “litígios familiares”, um assunto comum entre os sujeitos da pesquisa e a pesquisadora. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento (Anexo 1).

Deparamo-nos com um grande número de recusas para a participação na pesquisa, justificadas pelo acúmulo de trabalho. Interpretamos tais negativas como receio de se expor e desconfiança quanto à utilização dos dados, mesmo tendo sido prestados os esclarecimentos sobre confidencialidade e sigilo. Este dado se revelou como fonte de preocupação para todos os entrevistados do

quadro funcional do Tribunal de Justiça, mas não foi observado nas advogadas. Atribui-se esta apreensão a dois fatores: à intensa hierarquização deste sistema e ao próprio fenômeno da judicialização, que coloca os atores jurídicos em posição mais vulnerável frente à opinião pública e ao poder estatal. Esta preocupação ficou mais evidenciada nos juízes, refletindo-se num cuidado minucioso na análise do Termo de Consentimento e num policiamento do próprio discurso. No entanto, esta postura não se manteve ao longo da conversa. Todos os entrevistados foram muito colaborativos e verbalizaram prazer pela possibilidade de manifestar suas opiniões e sentimentos sobre o tema.

6.2

Instrumento

A partir da definição da questão a ser pesquisada, desmembramos alguns temas em forma de questionamentos, que serviram de fio condutor nas conversações com os entrevistados. Utilizou-se uma entrevista semi-estruturada com um roteiro invisível, aplicada de forma flexível para respeitar o fluxo de associações e a livre expressão de opiniões e sentimentos. Cada temática apresentada suscitou diferenciados caminhos de resposta, que foram acompanhados e incentivados pela pesquisadora com novas perguntas motivadoras da continuidade da reflexão, mantendo-se o eixo de interesse na temática central.

Optou-se por uma pequena quantidade de temas com características amplas para permitir um aprofundamento na análise dos entrevistados. Foram investigadas as percepções de cada sujeito sobre os seguintes temas: a família contemporânea, as causas geradoras de conflitos judiciais familiares, o mecanismo da culpa nos litígios (na legislação e nos sujeitos litigantes), a influência dos valores pessoais dos atores jurídicos nas análises dos casos e, ainda, quais os sentimentos próprios que emergem na interação com os conflitos familiares.

Manteve-se uma escuta participante, procurando-se esquivar de contra-questões sobre a opinião da entrevistadora. No entanto, o fato de sermos do mesmo universo dos entrevistados, constitui-se como dado relevante, não podendo ser descartada uma possível influência sobre as respostas obtidas. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas.

6.3

Análise dos dados

Com base na transcrição das entrevistas, os dados coletados foram submetidos ao Método de Explicitação do Discurso Subjacente – MEDS (Nicolaci-da-Costa, 2007), que é um método de pesquisa qualitativa que se adequa à pesquisa no campo da psicologia, por trazer à tona transformações e conflitos psicológicos que muitas vezes não são verbalizados explicitamente pelos entrevistados “porque deles eles próprios não têm consciência”.

A transcrição das entrevistas foi fiel à forma do discurso, mantendo-se erros gramaticais, gírias, hesitações, pausas e outras formas de expressão lingüística, no intuito de preservar e tornar acessível o discurso subjacente ao que foi verbalizado.

Como ponto de partida, foi realizada uma análise do material coletado como um todo, etapa classificada de análise *inter-participantes*, de onde emergiram respostas recorrentes nos discursos de todos os entrevistados. Essas recorrências foram transformadas em categorias de acordo com o referencial teórico eleito, que, por sua vez, nortearam a análise do material e a discussão dos resultados. Num segundo momento, realizou-se um cruzamento das percepções de um mesmo entrevistado ao longo de seu discurso. Esta etapa é denominada de análise *intra-participante* e tem como objetivo identificar possíveis inconsistências, contradições, novos conceitos, novos usos de linguagem, etc. no discurso de cada um dos participantes. É importante ressaltar que as contradições não são concebidas como atitudes intencionais, mas sim como fruto da espontaneidade e sinceridade das respostas, e revelam que, no discurso, emerge o processo de construção subjetiva de cada sujeito.